



República do Panamá
Integrada de Ciências Humanas | 3º bimestre

Tópico A: Discutindo o fortalecimento das democracias na América Latina

Comitê: Conferência de Países Latinos-Americanos

Delegados: Ana Julia Frangiosi, Felipe Lima Gomes, Roberta Barbosa da Silva

Ministério/país: República do Panamá

As ditaduras militares que se espalharam pela América Latina durante o século XX deixaram cicatrizes nas sociedades e instituições da região. Regimes autoritários como os do Brasil, Chile, Argentina e Panamá suprimiram direitos, censuraram a liberdade de expressão e violaram os direitos humanos. No entanto, desde o fim desses regimes, a América Latina tem enfrentado um longo e contínuo processo de democratização, indicadores como o Índice de Democracia da *Economist Intelligence Unit* e o Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional de 2022 revelam que muitos países latino-americanos ainda lutam para consolidar seus regimes democráticos e enfrentar os níveis endêmicos de corrupção.

O Panamá, passou por um período turbulento de ditadura militar sob Omar Torrijos e Manuel Noriega, onde a queda se deu após a invasão dos Estados Unidos em 1989. Apesar de avanços notáveis, como a realização de eleições democráticas regulares, o Panamá ainda enfrenta desafios substanciais, incluindo a luta contra a corrupção e a superação da desigualdade social, o Índice de Gini do país que é 46,10% mostra uma leve redução da desigualdade ao longo dos anos, mas ainda em níveis preocupantes. A promoção dos direitos humanos e o fortalecimento de mecanismos de governança transparente são essenciais para consolidar a democracia no país.

O Panamá, enfrentou um regime autoritário, com destaque para a ditadura militar de Manuel Noriega, que durou até 1989. Esse período foi marcado por repressão política, corrupção sistêmica e violações dos direitos humanos. Após a queda do regime, o país iniciou um processo de transição democrática, com a criação de instituições mais transparentes e a implementação de políticas voltadas para a recuperação dos direitos civis e humanos. Entre as principais leis criadas, destaca-se a Lei nº 25 de 1990, que estabeleceu a Defensoria do Povo,



República do Panamá
Integrada de Ciências Humanas | 3º bimestre

um órgão voltado para a proteção dos direitos humanos no país. A Comissão da Verdade, estabelecida em 2001, buscou responsabilizar os agentes envolvidos nas violações de direitos, promovendo a justiça e a reconciliação nacional.

Para garantir o fortalecimento contínuo da democracia no Panamá, é essencial adotar medidas que assegurem a transparência e o combate à corrupção, ainda um dos principais desafios no país. A implementação de uma legislação robusta sobre responsabilidade pública e a criação de mecanismos de controle mais eficazes nas instituições governamentais são essenciais. A promoção de uma educação cívica forte e contínua, com a inclusão de direitos humanos no currículo escolar, contribuirá para a formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres. A participação ativa da sociedade civil e o fortalecimento de mecanismos de consulta pública, como plebiscitos e referendos, também são estratégias cruciais.

Referências Bibliográficas

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Panamá. Disponível em:
<<https://country.eiu.com/Default.aspx?country=Panama>>. Acesso em: 13 set. 2024.

THE GLOBAL ECONOMY. Taxa de homicídios no Panamá. Disponível em:
<https://pt.theglobaleconomy.com/Panama/homicide_rate/>. Acesso em: 16 set. 2024.

KNOEMA. Índice de Gini no Panamá. Disponível em:
<<https://pt.knoema.com/atlas/Panam%C3%A1/%C3%ADndice-de-GINI>>. Acesso em: 16 set. 2024.

TRADING ECONOMICS. Taxa de desemprego no Panamá. Disponível em:
<<https://pt.tradingeconomics.com/panama/unemployment-rate>>. Acesso em: 13 set. 2024.

LATINNO. Panamá. Disponível em:<
<https://latinno.net/pt/country/panama/#:~:text=Esse%20per%C3%ADodo%20foi%20sucedido%20por,dos%20Estados%20Unidos%20em%201989>>

Acesso em: 16 set. 2024.

• 6. UNITED NATIONS. Panamá. Disponível em:
<<https://panama.un.org/es>>. Acesso em: 13 set. 2024.

Panamá. Ley 1 de 2018. (2018, 20 de abril). *Gaceta Oficial*. Disponível em:



República do Panamá
Integrada de Ciências Humanas | 3º bimestre

https://www.gacetaoficial.gob.pa/pdfTemp/28509_A/GacetaNo_28509a_20180420.pdf
f. Acesso em: 15 set. 2024.

Pérez, O. J. (1993). Panama: The difficult transition towards democracy. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 35(2), 115-143. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-interamerican-studies-and-world-affairs/article/abs/panama-the-difficult-transition-towards-democracy/60634BF12B0D521FC9FAC376870B61E8>. Acesso em: 16 set. 2024.

Diálogos do Sul. (2023). Panamá: da revolução à invasão pelas forças yanquis e o retrocesso ao estado colonial. *Opera Mundi*. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/panama-da-revolucao-a-invasao-pelas-forcas-yanquis-e-o-retrocesso-ao-estado-colonial>. Acesso em: 13 set. 2024.

Convenção sobre os Direitos da Criança - Decreto do Panamá. *Ministério Público do Maranhão*. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_direitos_humanos/direitos_humanos/crianca/decPanama.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

Panamá – Situação da Educação. (2023). *SITEAL - UNESCO*. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/educacion-pdf/panama>. Acesso em: 16 set. 2024.

Transparency International. (2023). Panama. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/countries/panama>. Acesso em: 13 set. 2024.